



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

001. PROVA OBJETIVA

PROCURADOR JURÍDICO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

01. Considerando a origem, formação e conceito de Estado, assinale a alternativa correta.
- (A) O Estado feudal teve como marco do seu surgimento, no continente europeu, a assinatura da *Paz de Westfalia*, em 1512.
 - (B) O primeiro teórico a utilizar a palavra Estado para denominar uma sociedade política foi Maquiavel, em sua obra *O Príncipe*, em 1513.
 - (C) Jean Jacques Rousseau, pensador do século XVIII, em sua obra *O Leviatã*, foi o primeiro sistematizador do contratualismo como teoria justificadora do Estado.
 - (D) Thomas Hobbes, em sua célebre obra *O Contrato Social*, afirma que o Estado resulta da vontade geral e é uma soma da vontade manifestada pela maioria dos indivíduos.
 - (E) Aristóteles desenvolveu em suas obras o contratualismo em bases liberais, sendo vanguardista do liberalismo no continente europeu.
02. Assinale a alternativa correta a respeito do direito processual constitucional.
- (A) A supremacia material da Constituição Federal é o princípio que embasa o controle de constitucionalidade no direito brasileiro.
 - (B) Dentre os diferentes sistemas de controle de constitucionalidade existentes no mundo, o Brasil adota o sistema político, originado na França.
 - (C) O sistema de controle de constitucionalidade preventivo surgiu nos Estados Unidos, em 1803, com base na decisão do caso *Marbury versus Madison*.
 - (D) O controle de constitucionalidade concentrado foi idealizado por Hans Kelsen e introduzido, em 1920, na Constituição Austríaca.
 - (E) As normas anteriores à Constituição Federal de 1988 não são passíveis de serem submetidas ao controle de constitucionalidade concentrado, a não ser por meio da Ação Declaratória de Constitucionalidade.
03. As disposições normativas próprias do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), por suas características, são classificadas como normas de eficácia
- (A) plena.
 - (B) contida.
 - (C) programática.
 - (D) limitada.
 - (E) exaurida.
04. Assinale a alternativa em que está contemplada hipótese de crime cometido pelo Prefeito Municipal, cuja competência para julgamento seja, originariamente, do Tribunal de Justiça do Estado.
- (A) Crime doloso contra a vida.
 - (B) Deixar de efetuar repasse de valores para o Poder Legislativo, conforme regras estabelecidas pela Constituição Federal.
 - (C) Crime eleitoral.
 - (D) Fraude contra o FGTS em proveito próprio.
 - (E) Infração político-administrativa.
05. Para a criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios, a Constituição Federal exige a presença dos seguintes requisitos:
- (A) lei ordinária federal, estudo de viabilidade municipal, plebiscito e lei complementar estadual.
 - (B) lei complementar federal, estudo de viabilidade estadual, plebiscito e lei estadual.
 - (C) lei complementar federal, estudo de viabilidade municipal, plebiscito e lei estadual.
 - (D) lei federal nacional, estudo de viabilidade municipal, lei estadual e referendo.
 - (E) lei complementar federal, estudo de viabilidade municipal, referendo e lei estadual.
06. Considerando a repartição de competências estabelecida pela Constituição Federal, devidamente ratificada pelo entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa que consagra uma hipótese de legislação que decorre da competência constitucional legislativa pertencente ao Município.
- (A) Confere gratuidade de estacionamento em estabelecimento privado (*shopping centers*, hipermercados, instituições de ensino, rodoviárias e aeroportos).
 - (B) Fixa um limite máximo de 20% do valor do automóvel em relação às multas impostas pelo Detran Estadual dentro do território do Município.
 - (C) Autoriza o uso, pela Guarda Municipal, de armas de fogo apreendidas dentro do território do Município.
 - (D) Proíbe revista íntima em empregados de estabelecimentos situados no respectivo território do Município.
 - (E) Determina a instalação de cadeiras de espera, bebedouros e equipamentos de segurança em agências de Bancos dentro do território municipal.

07. Assinale a alternativa correta a respeito das imunidades parlamentares em âmbito federal.
- (A) A posse é o termo inicial que garante a imunidade formal ao parlamentar.
 - (B) A prisão cautelar não alcança o parlamentar, que somente pode ser preso por sentença judicial definitiva transitada em julgado.
 - (C) A perda do mandato de parlamentar condenado por decisão transitada em julgado não é automática.
 - (D) Para que o STF possa processar o parlamentar há necessidade de prévio pedido de licença à respectiva Casa.
 - (E) A prerrogativa de foro privilegiado do parlamentar não se aplica na hipótese de crime doloso contra a vida.
08. A iniciativa para a propositura de lei que trata da criação e extinção de cargos do Tribunal de Contas da União, nos moldes da Constituição Federal, cabe
- (A) ao Presidente da República.
 - (B) ao Supremo Tribunal Federal.
 - (C) a qualquer Deputado Federal.
 - (D) a qualquer Senador.
 - (E) ao Tribunal de Contas da União.
09. Dentre as atribuições constitucionais do Presidente da República, assinale a alternativa que contempla uma que é indelegável.
- (A) Dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de cargos públicos.
 - (B) Conceder indultos e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.
 - (C) Dispor, mediante decreto, sobre a extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.
 - (D) Celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.
 - (E) Prover os cargos públicos federais, na forma da lei.
10. Assinale a alternativa correta a respeito dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal.
- (A) A vedação da progressão da pena na hipótese de cometimento de crime hediondo não viola o princípio da individualização da pena.
 - (B) A decretação de sigilo nos processos judiciais visa garantir o direito à intimidade das partes litigantes sobrepondo-se ao interesse público à informação.
 - (C) O STF já consagrou o entendimento de que os Municípios não têm legitimidade ativa para impetrar mandado de injunção.
 - (D) O *habeas corpus* pode ser proposto pelo Ministério Público, pode ser concedido de ofício pelo juiz ou Tribunal, pode ser postulado sem advogado e impetrado em face de particular.
 - (E) A pessoa jurídica de direito privado tem legitimidade para ajuizar ação de *habeas data*, mas não tem legitimidade para figurar no polo passivo.
11. “A União aplicará, anualmente, nunca menos de _____, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios _____, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.”
- Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente o dispositivo constitucional reproduzido.
- (A) dezoito ... vinte e cinco por cento
 - (B) dezoito ... vinte por cento
 - (C) vinte ... vinte e cinco por cento
 - (D) vinte ... trinta por cento
 - (E) vinte ... trinta e cinco por cento
12. Assinale a alternativa que está em consonância com as súmulas vinculantes do Supremo Tribunal Federal.
- (A) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar viola a Constituição.
 - (B) O ICMS não incide sobre alienação de salvados de sinistro pelas seguradoras.
 - (C) A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.
 - (D) É constitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.
 - (E) É constitucional a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS sobre operações de locação de bens móveis.

13. Afirma a Lei Federal nº 11.107/05 que os consórcios públicos podem ser contratados por União, Estados, Distrito Federal e Municípios para a realização de objetivos de interesse comum e que o consórcio público

- (A) integra a administração direta de todos os entes da Federação consorciados, quer sua personalidade jurídica seja de direito público ou privado.
- (B) não integra, em hipótese alguma, a administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados.
- (C) integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados, se possuir personalidade jurídica de direito público.
- (D) integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados, quer sua personalidade jurídica seja de direito público ou privado.
- (E) não integra a administração indireta da União, mas poderá integrá-la em relação aos Estados e Municípios, desde que constituído como associação pública.

14. A Lei Federal nº 13.019/14 institui um instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela Administração Pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, sendo que tais parcerias decorrem de planos de trabalho propostos pelas organizações da sociedade civil e envolvem a transferência de recursos financeiros.

A referida lei define esse instrumento como termo de

- (A) fomento.
- (B) colaboração.
- (C) parceria.
- (D) chamamento público.
- (E) gestão.

15. Considere a seguinte situação hipotética.

A Municipalidade de Mogi das Cruzes se depara com uma situação urgente, em que um imóvel se encontra em situação precária após a ocorrência de fortes chuvas, ameaçando ruir, sendo necessária a demolição a fim de evitar prejuízo maior para o interesse público. O Município pode realizar a demolição nesse caso, sem necessidade de intervenção judicial, pois o ato administrativo, em tais circunstâncias, é dotado do atributo da

- (A) presunção de veracidade.
- (B) tipicidade.
- (C) imperatividade.
- (D) autoexecutoriedade.
- (E) presunção de legitimidade.

16. Acerca da disciplina do registro de preços, prevê a Lei Federal nº 8.666/93 que

- (A) a seleção deve ser feita mediante concorrência, com estipulação prévia do sistema de controle e atualização dos preços registrados, sendo a registro válido por período não superior a 6 (seis) meses.
- (B) o registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado, sendo que os preços registrados serão publicados anualmente para orientação da Administração, na imprensa oficial.
- (C) qualquer associação ou partido político é parte legítima para impugnar preço constante do quadro geral em razão de incompatibilidade deste com o preço vigente no mercado.
- (D) será dada publicidade, mensalmente, em quadro de avisos de amplo acesso público e em sítio eletrônico, à relação de todos os preços registrados pela Administração Direta ou Indireta.
- (E) a existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

17. A Lei Federal nº 10.520/02, que disciplina a modalidade licitatória do pregão, veda a exigência de

- (A) qualificação jurídica.
- (B) aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame.
- (C) qualificação fiscal.
- (D) garantia de contrato.
- (E) pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos.

18. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído pela Lei Federal nº 8.666/93 confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de

- (A) rescindi-los, unilateralmente, em caso de atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela própria Administração.
- (B) modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse do Contratado.
- (C) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.
- (D) ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato de quaisquer serviços que tenham sido contratados.
- (E) fiscalizar-lhes a execução, o que não implica acesso à obra que estiver sendo executada.

19. Assinale a alternativa que corretamente disserta sobre características do instituto das concessões.

- (A) O poder concedente só transfere ao concessionário a execução do serviço, continuando titular do mesmo, o que lhe permite dele dispor de acordo com o interesse público.
- (B) A concessão tem que ser feita sempre por meio de licitação, consoante o que exige a Constituição Federal, sendo que a modalidade cabível é o pregão.
- (C) O concessionário executa o serviço em nome da Administração Pública e, por consequência, não corre os riscos normais do empreendimento.
- (D) A tarifa cobrada pelo concessionário tem a natureza de taxa e é fixada no contrato, não devendo refletir a remuneração do capital investido pelo concessionário ou o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.
- (E) A responsabilidade do concessionário por prejuízos causados a terceiros em decorrência da execução de serviço público é subjetiva, ou seja, depende de comprovação de dolo ou culpa.

20. Considere a seguinte situação hipotética.

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo verifica que determinado contrato administrativo firmado pelo Município de Mogi das Cruzes possui objeto muito mais restrito que o objeto previsto na licitação, sendo a remuneração paga pela Municipalidade superior à contraprestação que está sendo recebida, causando prejuízo ao patrimônio público.

Nesse caso, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

- (A) nada poderá fazer, já que não possui atribuições fiscalizatórias em relação ao Município de Mogi das Cruzes.
- (B) deve informar à Câmara Municipal, sendo o ato de sustação adotado diretamente por esta, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo, as medidas cabíveis.
- (C) deve assinar prazo para que a Municipalidade tome as providências necessárias ao exato cumprimento da lei e, se não atendido, poderá sustar a execução do contrato.
- (D) deve representar ao Ministério Público sobre as irregularidades constatadas, para que este proponha a ação cabível, já que somente o Poder Judiciário pode sustar o contrato.
- (E) deve deliberar a respeito, e se houver unanimidade do colegiado, sustar o contrato, decisão esta que terá eficácia de título executivo.

21. Sendo a existência do nexo de causalidade o fundamento da responsabilidade civil do Estado, esta deixará de existir ou incidirá de forma atenuada quando o serviço público não for a causa do dano ou quando estiver aliado a outras circunstâncias, ou seja, quando não for a causa única. Assim, admite-se na doutrina e na jurisprudência, como causa que atenua a responsabilidade do Estado,

- (A) a força maior.
- (B) a culpa exclusiva da vítima.
- (C) o caso fortuito.
- (D) a culpa concorrente da vítima.
- (E) a culpa de terceiro.

22. Considere a seguinte situação hipotética.

Município de Mogi das Cruzes recebe de programa federal de assistência social 2000 quilos de feijão que devem ser distribuídos em ações voltadas para a melhoria das condições de vida da população em situação de extrema pobreza. A esposa do Prefeito Municipal é voluntária da rede assistencial local e ordena que a distribuição do alimento seja realizada somente em atos que possam contar a presença do alcaide. Em razão de tal limitação, houve demora na distribuição e 400 quilos de feijão apodreceram em armazenamento, não chegando à população que deveria ser atendida. A conduta da esposa do Prefeito Municipal, em relação ao disposto na Lei Federal nº 8.429/92,

- (A) configura ato de improbidade administrativa, pois também é considerado agente público, para fins da referida lei, aquele que exerce atividade sem remuneração, por qualquer forma de vínculo.
- (B) não configura ato de improbidade administrativa, pois ela realizava serviço voluntário, sendo a onerosidade imprescindível para que seja caracterizado vínculo com a Administração e ensejar responsabilização.
- (C) não configura ato de improbidade administrativa, pois ela não pode ser considerada agente público e a lei referida somente pune atos praticados por agentes públicos.
- (D) configura ato de improbidade administrativa, não em razão da prestação de serviços voluntária, mas em virtude de sua posição de esposa do Prefeito Municipal, que a equipara a agente público, independentemente de qualquer outra conduta.
- (E) não configura ato de improbidade administrativa, já que diante do princípio constitucional da impessoalidade, a conduta do Prefeito Municipal era lícita, sendo o apodrecimento do feijão consequência imprevista.

23. A antecipação de receita orçamentária, para fins da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), equipara-se a uma operação de crédito e

- (A) deve ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o último dia útil de novembro de cada ano.
- (B) pode ser realizada somente no último ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal.
- (C) é vedada se o fato gerador do tributo ainda não ocorreu, sem prejuízo da observância do disposto na Constituição Federal a respeito do fato gerador presumido.
- (D) deve ser realizada junto à instituição financeira vencedora de processo competitivo eletrônico promovido pelo ente federativo que desejar realizar a operação.
- (E) pode ser realizada mais uma única vez enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada.

24. Considere a seguinte situação hipotética.

Cidadão solicita informação ao Serviço de Informação ao Cidadão do Município de Mogi das Cruzes e é constatado que a informação requerida foi classificada como secreta, tendo transcorrido 6 (seis) anos desde a classificação. Nesse caso, observando o constante da Lei de Acesso à Informação, deve o Serviço Municipal de Informação ao Cidadão

- (A) fornecer a informação solicitada, pois o prazo máximo de restrição de acesso à informação secreta é de 5 (cinco) anos, e, portanto, já se encontra encerrado.
- (B) oferecer a consulta de cópia, com certificação de que esta confere com o original, da informação solicitada, restringindo-se apenas o acesso direto ao documento classificado como secreto.
- (C) informar que o acesso poderá ocorrer em 4 (quatro) anos, pois o acesso à informação classificada como secreta deve ser restringido pelo prazo total de 10 (dez) anos.
- (D) analisar se a divulgação da informação ao Cidadão porá em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional; em caso negativo, estará obrigado a fornecer a informação solicitada.
- (E) indicar as razões de fato ou de direito da recusa total do acesso pretendido, sendo direito do Cidadão obter o inteiro teor de decisão de negativa de acesso, por certidão ou cópia.

25. Sobre a *supressio* ou o comportamento contraditório, é possível afirmar que

- (A) não se aplica à Administração Pública.
- (B) é um instituto sem fundamentação no Código Civil.
- (C) pode ser considerado como abuso de direito por omissão reiterada.
- (D) é uma infração a uma norma jurídica para obter um benefício posterior.
- (E) equivale à prática da boa-fé objetiva.

26. Extingue-se a servidão

- (A) pelo não uso durante um ano contínuo.
- (B) pela reunião dos dois prédios, ainda que o domínio pertença a pessoas diferentes.
- (C) pelo abandono do prédio dominante.
- (D) quando o dono do prédio serviente resgatar a servidão.
- (E) quando ampliada.

27. A aprovação de loteamento implica na

- (A) necessária e obrigatória licença de construção.
- (B) obrigação solidária do município nas obras de infraestrutura.
- (C) possibilidade de que algum lote permaneça em mais de uma circunscrição imobiliária.
- (D) exigência de área mínima de 250 m².
- (E) subdivisão das quadras em lotes, com as respectivas dimensões e numeração.

28. Caso a parte recuse submeter-se à perícia médica ordenada pelo juiz competente, o fato a ser demonstrado com esse exame

- (A) estará demonstrado, pois a recusa supre a prova que se pretendia com o exame.
- (B) estará demonstrado, desde que haja um princípio de prova testemunhal.
- (C) estará demonstrado, pois, por disposição legal, equivale à confissão.
- (D) não estará demonstrado, uma vez que ninguém é obrigado a fazer prova contra si mesmo.
- (E) não estará demonstrado, pela inexistência dessa presunção legal.

29. Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de
- (A) dois anos, a contar da data da conclusão do ato.
 - (B) cinco anos, a contar da data da conclusão do ato.
 - (C) dez anos, a contar da data da conclusão do ato.
 - (D) dois anos, a contar da data do conhecimento da causa de anulabilidade.
 - (E) dez anos, a contar da data do conhecimento da causa de anulabilidade.

30. Quanto ao dano moral, assinale a alternativa correta.

- (A) Pessoa jurídica não pode reclamar dano moral, tendo em vista que somente a pessoa natural tem atributos biopsíquicos.
- (B) A inscrição indevida em cadastro de inadimplentes, já havendo outras inscrições legítimas contemporâneas, não enseja, por si só, dano moral.
- (C) O absolutamente incapaz, portador de atraso severo cognitivo, não pode sofrer dano moral.
- (D) A pessoa jurídica de direito público tem direito à indenização por danos morais relacionados à violação da honra ou da imagem.
- (E) É prescritível a pretensão de recebimento de indenização por dano moral decorrente de atos de tortura ocorridos durante o regime militar de exceção.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

31. Sobre a tutela de urgência, assinale a alternativa correta.

- (A) No procedimento da tutela cautelar em caráter de evidência, o réu será citado para, no prazo de cinco dias, contestar o pedido e indicar as provas que pretende produzir.
- (B) A tutela de cautelar em caráter antecedente será concedida independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.
- (C) Cessa a eficácia da tutela concedida em caráter de evidência, se não for efetivada no prazo de trinta dias.
- (D) Efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de trinta dias, caso em que será apresentado nos mesmos autos em que foi deduzido o pedido cautelar.
- (E) A decisão que concede tutela em caráter antecedente fará coisa julgada se não for revista, reformada ou invalidada por decisão proferida em ação ajuizada por uma das partes.

32. O réu poderá oferecer um pedido contraposto ao do autor, chamado reconvenção,

- (A) possível de ser proposto, independentemente de oferecer contestação.
- (B) inviável em face de terceiro, mas apenas proposto contra o autor da ação.
- (C) inadmissível em caso de listisconsórcio voluntário.
- (D) apresentado em peça própria e no mesmo prazo da contestação.
- (E) sendo que a desistência da ação pelo autor leva a sua extinção.

33. A respeito da propositura do mandado de segurança coletivo, assinale a alternativa correta.

- (A) Ele seguirá o rito do mandado de segurança comum, por falta de sistematização legal.
- (B) Não poderá ser concedida medida liminar se a pessoa jurídica de direito público abster-se de se manifestar.
- (C) Não é possível a execução individual da sentença coletiva pelos associados, exceto se houver autorização da associação.
- (D) Associação não precisa de autorização especial dos substituídos para propor mandado de segurança coletivo.
- (E) Induz a litispendência para as ações individuais, quando tratar da defesa dos mesmos direitos.

34. São ações típicas do controle abstrato de constitucionalidade:

- (A) ação direta de inconstitucionalidade e ação civil pública.
- (B) ação declaratória de constitucionalidade e ação civil pública.
- (C) arguição de descumprimento de preceito fundamental e ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
- (D) ação direta de inconstitucionalidade por omissão e ação civil pública.
- (E) ação declaratória de constitucionalidade e ação popular.

35. Quando o resultado da apelação não for unânime, reformando, por maioria, a sentença,

- (A) poderá a parte vencida interpor embargos infringentes a ser decidido por cinco desembargadores, discutindo-se o ponto da discórdia.
- (B) poderá a parte vencida interpor embargos infringentes a ser decidido por cinco desembargadores, devolvendo-se toda a matéria.
- (C) caberá à parte vencida, se o caso, interpor recurso especial ou extraordinário, devolvendo-se toda a matéria.
- (D) prosseguirá a sessão, com outros julgadores, em número suficiente para garantir a possibilidade de inversão do resultado inicial, devolvendo-se toda a matéria.
- (E) poderá a parte vencida requerer o prosseguimento da sessão, com outros julgadores, devolvendo-se a matéria que é o ponto da discórdia.

36. Quando a parte, em depoimento pessoal, recusar-se a depor, o juiz aplicará a pena de confissão, exceto se os fatos a depor digam respeito
- (A) a negócios comerciais.
 - (B) a direito de família.
 - (C) a direito indisponível.
 - (D) a direito personalíssimo.
 - (E) ao que possa causar desonra própria.
37. O princípio da demanda e impulso oficial tem relação com a
- (A) imparcialidade do juiz.
 - (B) prevalência à conciliação.
 - (C) duração razoável do processo.
 - (D) paridade e o contraditório.
 - (E) proporcionalidade e a razoabilidade.
38. A apelação interposta antes da publicação da sentença será considerada
- (A) intempestiva.
 - (B) intempestiva, exceto se houver recurso adesivo.
 - (C) tempestiva.
 - (D) tempestiva, se ratificada após a publicação.
 - (E) suspensão, até ser recebida pelo tribunal.

DIREITO TRIBUTÁRIO

39. Determinado município pretende instituir uma taxa para fins de remuneração do serviço de iluminação pública. Acerca da referida pretensão, é correto afirmar que a taxa
- (A) não pode ser instituída porque esse tipo de serviço somente pode ser remunerado por tarifa ou qualquer outro tipo de receita originária.
 - (B) não pode ser instituída porque o serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante essa espécie tributária.
 - (C) pode ser instituída por se tratar de serviço específico a ser prestado ao contribuinte ou posto a sua disposição.
 - (D) pode ser instituída por se tratar de serviço público, mas o município necessita adotar um parâmetro que permita avaliar quanto cada contribuinte utiliza do serviço, porque a exigência da taxa impõe a divisibilidade da utilização do serviço.
 - (E) pode ser instituída desde que observe, simultaneamente, os requisitos da especificidade e da divisibilidade.

40. O convento das Irmãs de Santo Afrânio alugou parte de suas instalações para uma escola particular pelo valor de R\$ 3.000,00 por mês. O produto do aluguel é destinado a uma creche que o convento mantém para crianças carentes que nela recebem educação formal, religiosa e alimentação. A prefeitura do município onde se localiza o convento, contudo, está a lhe exigir o imposto predial e territorial urbano. A exação, em tal situação, é
- (A) devida, pois a locação é atividade regida pelo direito privado que em nada se confunde com as atividades essenciais do convento.
 - (B) devida porque, na medida em que o convento celebrou contrato de locação, a isenção de que gozava em relação ao imposto deixa de se justificar.
 - (C) indevida porque, ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente ao convento, na medida em que o valor dos aluguéis é aplicado nas atividades para as quais foi constituído.
 - (D) indevida porque as entidades religiosas e assistenciais são anistiadas de qualquer imposto, em razão do caráter que ostentam, pouco importando se alugam ou não suas propriedades.
 - (E) indevida porque quem deve arcar com o imposto é a escola locatária em razão do contrato celebrado com o convento.
41. A jurisprudência tem se posicionado pela inconstitucionalidade das multas moratórias quando superiores a certos percentuais relativos ao valor do tributo, 100%, por exemplo. O fundamento de tal posicionamento assenta-se no princípio constitucional da
- (A) não seletividade.
 - (B) não cumulatividade.
 - (C) transparência dos atos administrativos.
 - (D) vedação ao confisco.
 - (E) uniformidade jurídica da tributação.
42. A empresa Alfa atua no ramo de locação de veículos e incorporou um imóvel no valor de R\$ 1.000.000,00 ao seu patrimônio em realização de capitais. Por conta dessa operação viu-se forçada a recolher aos cofres públicos o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, pela alíquota de 4% sobre o valor do bem. Inconformada, a empresa ingressou com ação de repetição de indébito pela qual objetiva a repetição do valor que entende indevido. Essa ação é de ser julgada
- (A) procedente, visto que a hipótese é de imunidade do imposto.
 - (B) procedente, visto que a hipótese é de exclusão do crédito tributário.
 - (C) procedente, visto que a alíquota aplicada não tem previsão em Resolução do Senado Federal.
 - (D) improcedente, visto que a atividade da empresa é de locação de bens.
 - (E) improcedente, visto que a ação intentada não se presta a essa discussão.

43. A lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se de maneira mais favorável ao acusado
- (A) em qualquer caso, por aplicação analógica ao princípio da lei penal mais benéfica.
 - (B) em caso de dúvida quanto à natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos.
 - (C) quando dispuser sobre outorga de isenção.
 - (D) quando dispensar o cumprimento de obrigações acessórias.
 - (E) quando suspender o crédito tributário.
44. Do produto da arrecadação do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação pertencem aos municípios o percentual de
- (A) 50%.
 - (B) 25%.
 - (C) 22,5%.
 - (D) 21,5%.
 - (E) 20%.

DIREITO FINANCEIRO

45. Nos termos da Lei Geral do Orçamento, as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas, consideram-se
- (A) restos a pagar.
 - (B) subvenções sociais.
 - (C) subvenções econômicas.
 - (D) transferências correntes.
 - (E) transferências de capital.
46. Classificam-se como despesas correntes
- (A) os investimentos.
 - (B) as despesas de custeio.
 - (C) as inversões financeiras.
 - (D) as transferências de capital.
 - (E) as dotações esporádicas.
47. Para fins do que dispõe a Constituição Federal, a despesa total com pessoal nos municípios, a cada período de apuração, não poderá exceder da receita corrente líquida o percentual de
- (A) 90%.
 - (B) 80%.
 - (C) 60%.
 - (D) 54%.
 - (E) 45%.

48. Nos termos da Lei Complementar nº 101/00, as operações de crédito com prazo inferior a doze meses, cujas receitas tenham constado do orçamento, integram
- (A) a dívida pública consolidada.
 - (B) a dívida pública mobiliária.
 - (C) a despesa variável.
 - (D) a concessão de garantia.
 - (E) o refinanciamento da dívida mobiliária.
49. Para julgar, originalmente, mandado de segurança contra ato do Tribunal de Contas da União é competente
- (A) a Justiça Estadual.
 - (B) a Justiça Federal.
 - (C) o Superior Tribunal de Justiça.
 - (D) o Supremo Tribunal Federal.
 - (E) o Tribunal Superior Eleitoral.
50. A fiscalização da gestão fiscal cabe diretamente
- (A) ao Ministério Público.
 - (B) ao Poder Legislativo.
 - (C) ao Poder Judiciário.
 - (D) ao Procurador Geral da República.
 - (E) a qualquer cidadão.

DIREITO DO TRABALHO

51. O prazo de prescrição na vigência do contrato de trabalho é de
- (A) 10 anos.
 - (B) 5 anos.
 - (C) 4 anos.
 - (D) 2 anos.
 - (E) 1 ano.
52. João presta serviços a diversas empresas sem, contudo, ser empregado de nenhuma delas. É sabido que as empresas contratam os serviços de João por intermédio de um sindicato ao qual pertence. Assim sendo, mostra-se correto afirmar que João é trabalhador
- (A) autônomo.
 - (B) temporário.
 - (C) avulso.
 - (D) eventual.
 - (E) sazonal.

53. Estabelece a Consolidação das Leis do Trabalho que, após cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias. Heráclito, empregado da Metalúrgica Pegasus Ltda., já completou o período aquisitivo, mas, dentro dele, faltou 6 dias ao trabalho.

É correto afirmar que o total dos dias de férias de Heráclito será de

- (A) 30 dias.
- (B) 26 dias.
- (C) 24 dias.
- (D) 21 dias.
- (E) 18 dias.

54. Joana tem confirmado seu estado de gravidez advindo durante o aviso-prévio indenizado. Diante da situação, é correto afirmar que Joana

- (A) não terá direito à estabilidade, posto que já informada da extinção do contrato de trabalho.
- (B) não terá direito à estabilidade em razão da ausência de norma reguladora acerca de gravidez iniciada durante o período do aviso-prévio.
- (C) terá direito à estabilidade provisória de 3 meses após o parto em razão de construção jurisprudencial e doutrinária a esse respeito, direito esse que somente será alcançado se pleiteado judicialmente.
- (D) terá direito à estabilidade provisória, desde a confirmação da gravidez até 5 meses após o parto, com fundamento em previsão expressa na Consolidação das Leis do Trabalho.
- (E) terá direito à estabilidade provisória e proporcional de 1 mês após o parto, tendo em vista já se encontrar no período de aviso-prévio.

55. A conduta dos empregadores que, individual ou coletivamente, suspendem os trabalhos dos seus estabelecimentos, sem prévia autorização do Tribunal competente, ou que violem ou se recusem a cumprir decisão proferida em dissídio coletivo, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, caracteriza

- (A) desídia patronal.
- (B) *lockout*.
- (C) greve branca.
- (D) *listake*.
- (E) crime de desobediência.

56. Reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho, o empregado, do valor do aviso-prévio, do décimo terceiro salário e das férias proporcionais, terá direito ao percentual de

- (A) 20%.
- (B) 40%.
- (C) 50%.
- (D) 80%.
- (E) 100%.

57. Determinado cidadão postula perante a Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes a concessão administrativa de um bem público municipal de uso comum, para fins educacionais. Nessa hipótese, segundo a Lei Orgânica do Município de Mogi das Cruzes, o pedido do cidadão

- (A) não poderá ser deferido, pois a Lei não permite a concessão administrativa de bem de uso comum.
- (B) poderá ser deferido, desde que mediante a competente autorização legislativa.
- (C) não poderá ser deferido, uma vez que a concessão pode ser outorgada apenas para fins de assistência social.
- (D) poderá ser deferido, mesmo sem autorização legislativa, pois atendida a finalidade exigida por lei.
- (E) não poderá ser deferido, pois a concessão somente pode ser outorgada para pessoas jurídicas sem fins lucrativos.

58. Em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Mogi das Cruzes, a Lei de Zoneamento Urbano

- (A) somente poderá ser alterada, uma vez a cada exercício, por meio de proposta de, no mínimo, um terço dos Vereadores ou mediante proposta do Prefeito.
- (B) não pode ser alterada nos dois primeiros anos de sua vigência e, nos anos seguintes, poderá ser alterada, no máximo, uma vez a cada exercício mediante proposta de, no mínimo, um terço dos Vereadores ou do Prefeito.
- (C) pode ser alterada livremente mediante proposta de qualquer Vereador ou pelo Prefeito Municipal.
- (D) pode ser alterada uma vez a cada exercício por meio de proposta de qualquer Vereador ou mediante proposta do Prefeito Municipal.
- (E) somente poderá ser alterada duas vezes a cada exercício, no primeiro semestre, mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara e, no segundo semestre, mediante proposta do Prefeito.

59. Perseu é funcionário público do Município de Mogi das Cruzes e, comprovadamente, praticou ato no desempenho do seu cargo que causou prejuízo ao Erário. Perseu responde a processo administrativo e criminal em decorrência do mesmo ato por ele praticado. Nessa hipótese, considerando o disposto no Estatuto do Servidor Público Municipal, é correto afirmar que Perseu

- (A) poderá ser punido nos âmbitos civil e administrativo, de forma autônoma, pois as duas esferas de responsabilidades são independentes e não se comunicam.
- (B) pode ser punido em ambas as esferas de responsabilidades e, portanto, deverá aguardar a decisão do processo criminal que determinará o que será decidido em âmbito administrativo.
- (C) pode ser punido na esfera administrativa, de forma independente, mas essa será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.
- (D) não pode sofrer punição administrativa, neste caso, porque o prejuízo ao Erário gera apenas responsabilidade civil, mas poderá sofrer punição em âmbito criminal de forma independente.
- (E) ficará sujeito à punição em ambas as esferas de responsabilidade, de forma autônoma, mas a absolvição em âmbito penal, independentemente da fundamentação, acarretará a absolvição administrativa.

60. Assinale a alternativa que está de acordo com o disposto na Lei da Procuradoria-Geral do Município de Mogi das Cruzes (Lei nº 7.078/2015).

- (A) O cargo de Procurador-Geral do Município será exercido por advogado, com mais de dez anos de carreira, de notório saber jurídico e de reputação ilibada, a ser nomeado pelo Prefeito.
- (B) O Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Município será composto pelo Procurador-Geral do Município, pelo Subprocurador-Geral, e por mais 5 (cinco) Procuradores Municipais que serão eleitos pelos demais Procuradores que não tenham assento natural no Conselho.
- (C) A função de confiança de Procurador-Chefe da Procuradoria do Contencioso-Geral será exercida por Procurador do Município escolhido e nomeado pelo Procurador-Geral do Município.
- (D) É defeso ao Procurador do Município exercer as suas atribuições em processo judicial ou administrativo, dentre outras hipóteses, em que seja interessado cônjuge ou companheiro, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o 3º grau.
- (E) Os Procuradores do Município serão submetidos ao regime geral da Previdência Social aplicável aos demais servidores municipais, com as especificações constantes da Lei da Procuradoria-Geral do Município de Mogi das Cruzes.

